

## Utopia, distopia e história\*

Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Salvo melhor juízo, as utopias (principalmente no seu século inicial, em que o gênero ainda se afirmava e constituía seus delineamentos) são geradas por dois princípios distintos: 1) a partir de uma experiência histórica, como metáfora (a de Morus é exemplar como metáfora da Inglaterra concreta), e 2) a partir de uma Idéia, de uma construção abstrata que desce do Céu para a Terra (sendo a *Civitas Solis* o melhor exemplo, como formalização da racionalidade restritiva tridentina). Desta hipótese surge a idéia de ser a distopia primordialmente oriunda deste segundo princípio, da série distópica derivar das utopias desligadas do mundo empiricamente concreto.

É bem sabido que a distopia nasceu da utopia, e que ambas expressões são estreitamente ligadas. Há em toda utopia um elemento distópico, expresso ou tácito, e vice-versa. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita. A distopia, que revela o medo da opressão totalizante, pode ser vista como o oposto especular da própria utopia. É preciso considerar a relatividade daquilo a que se referia Margareth Mead, quando avisava ser o sonho de um o pesadelo do outro. Afinal, o sonho de um pode ser perfeitamente inócuo para o outro. Trata-se principalmente da constatação de que o “sonho” perfeito de um, quando é oriundo de um *constructo* abstrato (que é efêmero mas se quer eterno, que é singular mas se imagina universal, que aspira a decretar o fim da História por se crer o ponto de chegada da vida humana), este sonho é o que gera o pesadelo da distopia.

Julga Bronislaw Baczko que “a utopia não orienta por si só o curso da história: em função do contexto no qual se coloca, essa corresponde aos desejos e às esperanças coletivas (...). Todavia, nenhuma utopia carrega em si o cenário histórico para o qual contribuiu eventualmente para sua realização: nenhuma utopia prevê o seu próprio destino histórico, o próprio futuro” (“Finzione storiche e congiunture utopiche”, in *Nell'anno 2000 – Dall'utopia all'ucronia*. Leo S. Olschki editore, Firenze, MMI). Em outras palavras: as utopias, partindo de elementos reais, reconstroem todas as Histórias possíveis, todos os cenários que a História não realizou. A raiz desta idéia vem da

---

\* In: Editorial da *MORUS – Utopia e Renascimento* 2, 2005, p. 4-10.

*Poética* de Aristóteles, onde está dito ser a poesia mais ampla que a História, pois realiza até o fim aquilo que a História apenas esboçou. Hegel conceituará uma realidade notavelmente rica, em que o existente contará com várias dimensões – todas reais. Aquilo que aparece como uma tendência concreta, mesmo que não venha a se efetivar, também ganha estatuto de realidade. A utopia legaliza-se filosoficamente aí: é uma tendência da realidade, operante e efetiva, mas que não se efetiva *enquanto* Estado. Habita a dimensão ética. A sua condição de gênero está nos quesitos *tendência de realidade e não-efetividade*.

A relação entre real e ilusório é estreitíssima na utopia, assim como no relato das viagens de descobertas. O imaginário estrutura a experiência real, enquanto esta serve de base para as elaborações posteriores: as fronteiras entre real e ilusório são, assim, indefinidas. Na utopia, o ideal se *sobrepõe* ao real com o mesmo compromisso com que, nas viagens de descobertas, *une* real e ilusório: as fronteiras entre verdadeiro e falso se diluem.

São muito diferentes as perspectivas pelas quais os autores de utopias e distopias edificam as suas construções; ambas, entretanto, são regidas pelas mesmas leis, como a tragédia e a comédia também o são, segundo o juízo clássico, aristotélico. Podemos considerar que:

a) a **utopia** clássica se desenvolve construindo um hiato (insanável) entre a História real e o espaço reservado para as projeções utópicas; a descoberta de um país distante, até então ignorado (como no enredo de Morus, Campanella e outros) se tornou símbolo de uma fratura não apenas geográfica, mas, sobretudo histórica;

b) a **distopia** busca colocar-se em continuidade com o processo histórico, ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia).

Na utopia, a sociedade configurada histórica, cultural e politicamente é formalizada com o objetivo de ser superada através da imagem da Cidade ideal instaurada. Neste sentido é exemplar a adoção, por parte de muitos utopistas, do conto de uma viagem aventureira que faz o narrador desembarcar em uma terra desconhecida. Tal presença reveste na utopia um papel fundamental: constitui aquela fratura espaço-temporal que permite a existência mesma da representação utópica; o longo percurso permite ao narrador deixar

atrás de si a sua própria experiência social, política, religiosa e econômica para viver em um mundo cujo isolamento geográfico, e conseqüentemente histórico e cultural, criou instituições e costumes que nada têm em comum com a realidade originária do viajante. Somos assim colocados frente a uma sociedade radicalmente diversa; mas tal diferenciação na utopia se torna contraposição especular: a estrutura negativa da organização humana existente é sobreposta àquela estrutura positiva da Cidade Nova imaginada. Desta maneira, o utopista procura superar a realidade contingente propondo, como alternativa, uma sociedade perfeita enquanto racionalmente fundada.

Ao contrário, na *distopia* a realidade não apenas é assumida tal qual é, mas as suas práticas e tendências negativas, desenvolvidas e ampliadas, fornecem o material para a edificação da estrutura de um mundo grotesco. Em suma, é próprio da dimensão histórica a determinação da diferença entre a utopia e a distopia: o lugar feliz imaginado é realmente um não-lugar, no sentido em que não se coloca espacialmente na história mesma de quem escreve; porque aquilo que deseja o utopista é «mostrar» aos homens a imagem de um mundo feliz e racional, e através desta demonstração admoestá-los para que se sintam compungidos a imprimir energicamente à História um sentido diverso daquele até então predominante.

Como já se sabe, a utopia de Morus tem uma base real, que é a Inglaterra de fato, que nesta obra é severamente estudada. Ela, a *Utopia*, não é o produto de um delírio, mas nasceu das necessidades concretas de combater o destino, de fundar uma “segunda natureza” para o homem – a História. Esta é a face generosa da utopia.

Mas nem todos os exemplos desse gênero foram assim. As utopias da Contra Reforma não partiram de uma sociedade usada como referência, portanto transfiguradas, mas conceberam uma *polis* e uma vida coletiva a partir de conceitos abstratos elaborados por uma Igreja intensamente defensiva. São metástases dos conventos e dos mosteiros, em que as práticas necessárias da vida extra-monacal (trabalho, convivência, casamento, reprodução, representação política, etc.) passam por um completo regramento que retiram dessas mesmas atividades a espontaneidade civil, e são traduzidas em disciplina clerical. Isso é central e constitutivo no orwelliano 1984, por exemplo.

A distopia, portanto, é o alongamento do perfil das utopias construídas a partir de proposituras abstratas, e não de metáforas ou alegorias. O controle social absoluto, a partir das consciências, nascido na Contra Reforma, conduziu a uma variante de utopias, que encontra na *Civitas Solis* sua plena expressão, seu melhor exemplo, que fornecerá

os elementos para a futura distopia. Esta não surge inesperadamente, como um raio num céu azul, mas já respirava nas anteriores utopias da Contra Reforma (Agostini, Patrizi, Buonamico).

A noção de perfectibilidade social, então, não nasce – nem poderia nascer - de uma experiência humana concreta, geradora de problemas solúveis, mas nasce *incontaminada* pela História, nasce como *constructo* ideal, em que a dimensão empírica do homem está removida. A solidão que emana das pinturas de Piero della Francesca sobre a cidade ideal (em que pese a especificidade de suas condições de realização) diz muito sobre isso; não são cidades construídas para o homem realmente existente, mas um conjunto no qual a arquitetura e o urbanismo cederam lugar e substância à escultura, e a presença humana desequilibra e borra o conjunto. Sua racionalidade resulta áspera, e seus índices de condução à emancipação da vida associada mesclam-se ao seu oposto, à sua própria negação: como *Édipo em Colono*, o indivíduo acaba expurgado da *polis* que ele libertou da quimera enigmática.

Existiram dois momentos centrais da História marcados pela intolerância, e que possivelmente forneceram os elementos fundantes da distopia; foram duas conjunções sociais frágeis, instáveis, defensivas – apesar da aparência em contrário: a Igreja Católica tridentina e o Estado soviético. Essas instituições, no seu processo afirmativo, criaram a ilusão de serem perfeitas por não poderem suportar a dissensão – o que efetivamente poderia destruí-las. A ilusão de serem formas perfeitas, utopias já realizadas, gerou, ainda que involuntariamente, o material que será formalizado na distopia.

A abstração social tridentina talvez possua um equivalente no hiper-racionalismo de tipo soviético, que derivou de Lênin e alcançou sua plena tradução com Stálin. As utopias, ou o seu recurso imagético, encontraram um virtual obstáculo nas manifestações do marxismo vulgar. Os Estados soviéticos desautorizaram e implicitamente coibiram a reflexão utópica, por considerarem que a perfeição social já estava obtida pela *perfeita disposição do Estado para alcançar a perfectibilidade*. O *desideratum* oficial deveria bastar para dissuadir cogitações utópicas. O hiper-racionalismo faz prevalecer uma concepção tida como racional (quando no fundo são equações abstratas, filhas da engenharia política) mesmo quando ela apresenta sintomas inquietantes, principalmente na forma da desintegração dos indivíduos - que são

removidos do universo problemático. Fogueiras quinhentistas e *gulags* modernos acabaram formando uma simetria.

Quando Campanella construiu sua cidade perfeita como uma hipostasia da vida monacal, estava implicitamente considerando a Igreja como a perfeição da vida coletiva; quando a esquerda do século XX considerou a utopia um *não-assunto*, estava considerando o coletivismo soviético como o ápice insuperável do viver associado.

Destas atitudes derivou a distopia.

A grande questão é aquilo que constitui a face oculta, o não-dito utópico: que a perfectibilidade reside na completa previsão das ações e desejos humanos, que são realizados antes mesmo de serem pensados. O Estado pensou antes e já o realizou. Ou o vetou. Em termos mais amplos, a História não se efetivaria pela concreta experiência humana, mas como produto de um Estado onisciente; a História apareceria como subproduto das pulsões humanas, coadas pelo filtro estatal. O resíduo obstruído pelo Estado acumular-se-ia aonde? A resposta será a distopia: ela é o resíduo obstruído pelo Estado completamente racional.

A distopia é afinal, espelho da suspensão da História; sua imagem é o exílio da humanidade, tornada resíduo, esta, pela razão enlouquecida. Aqueles que recentemente teorizaram o fim da História, à sombra benevolente do capital financeiro, proclamavam o pesadelo como se fosse uma boa nova.